

42
M642
2012
v.1

Pontes de Miranda

TRATADO DE DIREITO PRIVADO

PARTE GERAL

TOMO I

INTRODUÇÃO.
PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

Atualizado por
Judith Martins-Costa
Gustavo Haical
Jorge Cesa Ferreira da Silva

EDITORA  100 anos
REVISTA DOS TRIBUNAIS

TRATADO DE DIREITO PRIVADO

PONTES DE MIRANDA

PARTE GERAL

TOMO I

INTRODUÇÃO. PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

JUDITH MARTINS-COSTA

GUSTAVO HAICAL

JORGE CESA FERREIRA DA SILVA

Atualizadores

CLÁUDIO FORTUNATO MICHELON JR.

Colaborador

© Originais do Tratado de Direito Privado – 60 Tomos:

PONTES DE MIRANDA

0466

© Desta Atualização (2012):

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

ANTONIO BELINELO

Diretor responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmáticos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao computador: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [04.2012]

Profissional

Faturamento desta edição [09.04.2012]



ISBN 978-85-303-4346-3

ISBN da Coleção 978-85-303-4321-0

ÍNDICE GERAL DO TOMO I

APRESENTAÇÃO, 9

APRESENTAÇÃO DA ATUALIZADORA, 11

PREFÁCIO À 1.^a EDIÇÃO, 13

SOBRE O AUTOR, 27

OBRAS PRINCIPAIS DO AUTOR, 31

SOBRE OS ATUALIZADORES E COLABORADOR, 35

PLANO GERAL DA COLEÇÃO, 39

TÁBUA SISTEMÁTICA DAS MATÉRIAS, 43

BIBLIOGRAFIA DO TOMO I, 673

ÍNDICES

Alfabético dos Autores citados, 705

Cronológico da Legislação, 717

Cronológico da Jurisprudência, 751

Alfabético das Matérias, 766

TÁBUA SISTEMÁTICA DAS MATÉRIAS

INTRODUÇÃO

MUNDO JURÍDICO E EXISTÊNCIA DOS FATOS JURÍDICOS

CAPÍTULO I

A REGRA JURÍDICA E O SUPORTE FÁCTICO

§ 1.	CONCEITO DE REGRA JURÍDICA	59
	1. Regra jurídica e suporte fático. 2. Fatos. 3. Incidência e aplicação. 4. Fatos jurídicos e eficácia jurídica	
§ 2.	MUNDO E FATO	65
	1. Mudança no mundo. 2. Fatos do mundo jurídico. 3. Incidência da regra jurídica e juridicidade. 4. Regra jurídica; incidência "in casu" e incidência em geral. 5. Noção exata	
§ 3.	A REGRA JURÍDICA EM SI	68
	1. A regra jurídica como criação humana. 2. Mundo jurídico. 3. Juridicidade e incidência	
§ 4.	INCIDÊNCIA DA REGRA JURÍDICA	69
	1. Respeitabilidade e incidência. 2. De como incide a regra jurídica. 3. Incidência e "ignorantia iuris". 4. Alcance da incidência. 5. Aplicação da regra jurídica. 6. Tempo da incidência	
§ 5.	COMO SE DÁ A INCIDÊNCIA DA REGRA JURÍDICA	74
	1. Infalibilidade da incidência. 2. Eficácia da lei e eficácia do fato jurídico. 8. ^{NE} Fato jurídico é "plus" no mundo jurídico	

Nota do Editorial: Numeração conforme obra original.

§ 6.	CAUSALIDADE JURÍDICA	76
	1. Causação. 2. Lugar e tempo das regras jurídicas. 3. Causalidade da eficácia jurídica	
§ 7.	O SUPORTE FÁCTICO	77
	1. Composição do suporte fático. 2. O extrajurídico	
§ 8.	ENTRADA DOS FATOS NO MUNDO JURÍDICO	81
	1. Variedade dos fatos jurídicos. 2. Fatos juridicizáveis. 3. Fatos jurídicos, positividade e negatividade. 4. Ligação dos fatos a alguém. 5. Simplicidade e complexidade dos suportes fáticos	
§ 9.	SUFICIÊNCIA DO SUPORTE FÁCTICO	84
	1. O que se há de conter no suporte fático. 2. Fatos prováveis. 3. Elementos do suporte fático	
§ 10.	SUPORTE FÁCTICO E PLURALIDADE DE REGRAS JURÍDICAS	85
	1. Múltipla incidência. 2. Irradiação de efeitos. 3. Múltipla incidência da mesma regra jurídica. 4. Regras jurídicas negativamente formuladas. 5. Juridicização. 6. Insuficiência do suporte fático	
§ 11.	TOPOLOGIA DO FATO	87
	1. Lugar e tempo. 2. Sucessão e simultaneidade. 3. Coexistência da regra jurídica e do suporte fático	
§ 12.	TEMPO	89
	1. Função do tempo. 2. Fatos positivos e fatos negativos. 3. Nascimento e extinção de direitos; prescrição. 4. Determinação, na dimensão do tempo	
§ 13.	CONFIGURAÇÃO DO SUPORTE FÁCTICO	92
	1. Suporte fático e variação. 2. Cerne do suporte fático (núcleo). 3. Elementos e procedência deles. 4. Fatos jurídicos como elementos	

CAPÍTULO II

REALIZAÇÃO E VIOLAÇÃO DAS REGRAS JURÍDICAS

§ 14.	OS DOIS CONCEITOS	95
	1. Incidir a regra jurídica, realizar-se e ser violada	

§ 15. REALIZAÇÃO DA REGRA JURÍDICA	97
1. Realização e perfectibilidade. 2. Contemplação da incidência	
§ 16. REGRA JURÍDICA E GENERALIDADE	99
1. Regras jurídicas gerais. 2. Direito e Estado de direito. 3. Princípio de isonomia e regra jurídica para um só caso	
§ 17. FRAUDE À LEI OU VIOLAÇÃO INDIRETA	102
1. A fraude à lei no direito romano. 2. "Agere contra legem" e "In fraudem legis agere". 3. Regras jurídicas fraudáveis. 4. O problema técnico. 5. Fundamento jurídico da teoria. 6. Crítica e explicação científica. 7. Regra jurídica escrita e regra jurídica não-escrita sobre a fraude à lei. 8. Simulação, ato aparente e fraude à lei. 9. Fraude à lei e dimensão do tempo	

CAPÍTULO III

CLASSIFICAÇÃO DAS REGRAS JURÍDICAS

§ 18. REGRAS JURÍDICAS COGENTES E NÃO-COGENTES	119
1. Conceito de cogência. 2. Conceitos de dispositividade e interpretatividade. 3. Fundamento da dispositividade e da interpretatividade. 4. Regras jurídicas interpretativas. 5. Regras jurídicas integrativas e regras jurídicas remissivas. 6. As chamadas leis interpretativas	
§ 19. REGRAS JURÍDICAS IMPOSITIVAS E REGRAS JURÍDICAS PROIBITIVAS	130
1. Impositividade e proibitividade. 2. Regras jurídicas outorgativas	
§ 20. DIREITO ESTRITO E DIREITO LATO	132
1. "Ius strictum". 2. Usos e costumes; usos interpretativos. 3. Há gradação entre o estrito e o lato?	
§ 21. DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO	138
1. Dicotomia. 2. Regras jurídicas comuns aos dois ramos. 3. Estado e direito público	

CAPÍTULO IV

FATOS JURÍDICOS

§ 22. NOÇÕES LIMINARES	145
1. Regra jurídica, suporte fático e incidência. 2. Coloração do suporte fático. 3. Classificação dos fatos jurídicos. 4. Ato humano como fato jurídico	

§ 23.	CONCEITO DE FATO JURÍDICO	148
	1. Incidência e juridicização dos suportes fáticos. 2. Incidência, fato jurídico e eficácia. 3. Suporte fático, elementos a mais e elementos a menos. 4. Fatos jurídicos. 5. Insuficiência por eliminação	
§ 24.	OS ATOS JURÍDICOS	150
	1. Ato humano. 2. Atos ilícitos como atos jurídicos	
§ 25.	DECLARAÇÕES E MANIFESTAÇÕES DE VONTADE	152
	1. Definições. 2. Manifestar e declarar. 3. Declaração de vontade. 4. Três espécies de atos humanos	
§ 26.	EXTERIORIZAÇÕES DE VONTADE ABSTRAÍDA E IRRELEVANTE	157
	1. Atos-fatos jurídicos e atos jurídicos "stricto sensu" 2. Atos-fatos jurídicos. 3. Atos jurídicos "stricto sensu". 4. Atos mistos. 5. Manifestações de sentimento. 6. Ocupar e derrelinquir. 7. Os chamados atos reais. 8. Constituição de domicílio	
§ 27.	REGRAS JURÍDICAS COMUNS	162
	1. Atos jurídicos e regras comuns a eles. 2. Capacidade	
§ 28.	ATOS ILÍCITOS	163
	1. Conceito. 2. Contrariedade a direito	
§ 29.	MUDANÇA DE CLASSE	166
	1. Classes e deslocação. 2. Tomada de posse e transmissão voluntária da posse	
§ 30.	NEGÓCIO JURÍDICO	168
	1. A expressão "negócio jurídico". 2. Autonomia de vontade e negócio jurídico. 3. Problema da conceituação do negócio jurídico. 4. Definição de negócio jurídico. 5. Manifestações e declarações de vontade. 6. Negócios jurídicos sem declaração de vontade. 7. Conclusão	
§ 31.	ESPÉCIES DE FATOS	172
	1. Fatos singulares, estado de fato; positivos e negativos; simples e complexos. 2. Estado de fato. 3. Pendência e expectativa. 4. Fatos do mundo físico e fatos do mundo psíquico. 5. Regulação e satisfação	
§ 32.	SUPORTE FÁTICO DO ATO JURÍDICO "STRICTO SENSU", DO ATO-FATO JURÍDICO, DO ATO ILÍCITO E DO FATO JURÍDICO PURO	174
	1. Diferenças de composição. 2. Ato ilícito e suporte fático. 3. Fatos jurídicos "stricto sensu". 4. Falsos efeitos preliminares	

§ 33.	O ELEMENTO DA INTENÇÃO	177
	1. Vontade e declaração. 2. Noção de vício de vontade	
§ 34.	PRINCÍPIO DA DETERMINAÇÃO	180
	1. Determinismo jurídico. 2. Causa e efeito	
§ 35.	EXISTÊNCIA DAS MANIFESTAÇÕES DE VONTADE E DOS OUTROS ATOS HUMANOS	181
	1. Atos humanos e vontade. 2. Existência do fato jurídico e validade. 3. Vontade manifestada. 4. Intenção manifestada	
§ 36.	MANIFESTAÇÕES DE VONTADE REVOGÁVEIS	187
	1. Revogar, retirar voz. 2. Irrevogabilidade e criação de direito. 3. Desfazimento e revogação. 4. Negócio jurídico e revogação. 5. Atos-fatos jurídicos. 6. Atos jurídicos revogáveis. 7. Fraude contra credores e fraude à execução	
§ 37.	NEGÓCIOS JURÍDICOS DESFEITOS	195
	1. Desfazimento. 2. Conceituação. 3. Negócios jurídicos unilaterais	
§ 38.	SAÍDA DO MUNDO JURÍDICO	196
	1. Perda da juridicidade. 2. Espécies de saída	
CAPÍTULO V		
RELAÇÃO JURÍDICA		
§ 39.	CONCEITOS DE RELAÇÃO E DE RELAÇÃO JURÍDICA	199
	1. Relação. 2. Relação jurídica. 3. Relação jurídica básica. 4. Relação entre coisas. 5. Conteúdo das relações jurídicas	
§ 40.	REGRA JURÍDICA E RELAÇÃO JURÍDICA	203
	1. Regra jurídica, relação jurídica e eficácia. 2. Direitos e deveres. 3. Relação jurídica eficaz	
§ 41.	RELAÇÃO INTRA-JURÍDICA OU EFICACIAL	204
	1. Relação jurídica e efeito. 2. Sucessão e sucessividade. 3. Relação jurídica e sistema jurídico. 4. Relação jurídica básica e fatos jurídicos. 5. No direito de família e no direito das sucessões. 6. Instituição jurídica	
§ 42.	CONTEÚDO DA RELAÇÃO JURÍDICA	208
	1. Relação jurídica e efeitos. 2. Sucessão e relação jurídica. 3. Relações entre efeitos jurídicos	

§ 43. **TÊRMINOS DAS RELAÇÕES JURÍDICAS** 210

1. Dado-relação e relação jurídica. 2. Conceitos breves de pessoas, termos das relações jurídicas. 3. Quem é pessoa. 4. Questões extra-jurídicas. 5. Natureza social, inter-humana, da relação jurídica. 6. Relações jurídicas só eficaciais. 7. Relações jurídicas, unigeradoras e multigeradoras. 8. Transmissão excepcional da relação jurídica. 9. Ligação entre efeitos

CAPÍTULO VI
A PSIQUE E O DIREITO

§ 44. **DIREITO E RELAÇÕES INTER-HUMANAS** 217

1. Função do direito. 2. Vontade e motivos. 3. Elemento cognoscitivo. 4. Comunicações de conhecimento. 5. Dever de conhecer. 6. Conhecimento e dúvida. 7. Difusão edital e conhecimento. 8. Difusão pelos registros. 9. Erro e boa fé. 10. Segurança jurídica. 11. Falta de boa fé. 12. De como opera a boa fé. 13. Terceiros e eficácia da posição em virtude de boa fé

§ 45. **ÉRRO E DIREITO** 230

1. Erro. 2. Erro de direito. 3. Erro positivo e erro negativo

§ 46. **DETERMINAÇÃO E INDETERMINAÇÃO DO ELEMENTO SUBJETIVO** 235

1. Princípio da determinação do sujeito. 2. Interesses comuns e pessoas. 3. Sucessão condicionada e sucessão a termo. 4. Há direitos sem sujeito?

PARTE GERAL DO DIREITO PRIVADO

I. PLANO DA EXISTÊNCIA

PARTE I

PESSOAS E DOMICÍLIO

CAPÍTULO I

PESSOAS

§ 47. **SUJEITO DE DIREITO E PESSOA** 243

1. Conceito de personalidade. 2. Precisão de termos

§ 48. **PESSOA E CAPACIDADE** 245

1. Ser pessoa. 2. Pessoas físicas. 3. Pessoas jurídicas

CAPÍTULO II

PESSOAS FÍSICAS

§ 49.	CAPACIDADE DE DIREITO, CAPACIDADE DE OBRAR E SUAS ESPÉCIES.....	247
	1. Os conceitos. 2. Capacidade de obrar. 3. Concepção repelida. 4. Capazes de direito	
§ 50.	SUJEITO DE DIREITO.....	253
	1. Termo da relação jurídica. 2. Conceito de pessoa. 3. Direitos de personalidade. 4. Nascituro. 5. Se há direitos sem sujeito	
§ 51.	"NASCITURUS" E "NONDUM CONCEPTUS".....	263
	1. Antes do nascimento. 2. Direito brasileiro. 3. Direito e personalidade. 4. Eficácia antecipada. 5. Nascimento com vida. 6. Tutela penal e ofensa à vida do homem concebido	
§ 52.	NASCITURO E TITULARIDADE.....	274
	1. Salvaguarda dos direitos do nascituro. 2. As teorias. 3. Vir a ser e personalidade. 4. Afastamento do conceito de condição. 5. Dificuldades doutrinárias. 6. Viabilidade	
§ 53.	REGISTO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS.....	281
	1. Natureza dos registos civis. 2. Espécies de registo. 3. Fatos ocorridos a bordo e em campanha. 4. Atos ocorridos no estrangeiro	
§ 54.	PROVA DO NASCIMENTO.....	283
	1. Certidão. 2. Vitalidade. 3. Dever de declaração. 4. Conteúdo do assento de nascimento. 5. Nascimento em campanha. 6. Dúvida do oficial quanto à declaração. 7. Seguros e carteira profissional. 8. Nascimentos simultâneos ou sem prova de anterioridade	
§ 55.	CERTIDÕES DOS REGISTOS PÚBLICOS.....	290
	1. Prova por certidões. 2. Ações proponíveis	
§ 56.	MAIORIDADE.....	291
	1. Maioridade e capacidade. 2. Cessação da incapacidade	
§ 57.	SUPLEMENTO DE IDADE.....	295
	1. Pressupostos da suplementação. 2. Pretensão à suplementação. 3. Suplemento de idade e emancipação. 4. Ato de suplementação. 5. Suplemento de idade por decisão judicial. 6. Eficácia da sentença	

§ 58. CASAMENTO CAUSA EXTINTIVA DA INCAPACIDADE.....	305
1. Capacidade em virtude de casamento. 2. Natureza da sentença a respeito. 3. Putatividade do casamento. 4. Casamento precipitado.	
§ 59. EMPRÊGO PÚBLICO EFETIVO E CESSAÇÃO DA INCAPACIDADE...	307
1. Pressupostos da cessação de incapacidade. 2. Capacidade política e capacidade civil. 3. Os arts. 9.º, § 1.º, III e 391, II. 4. Cessação “ipso iure”	
§ 60. GRAU CIENTÍFICO EM CURSO DE ENSINO SUPERIOR E CESSAÇÃO DE INCAPACIDADE.....	310
1. Eficácia anexa. 2. Eficácia “ipso iure”.	
§ 61. ESTABELECIMENTO CIVIL OU COMERCIAL, COM ECONOMIA PRÓPRIA, E CESSAÇÃO DA INCAPACIDADE.....	311
1. Origens da regra jurídica. 2. “Usos modernos”.	
§ 62. FATOS DEFICITANTES DA CAPACIDADE.....	314
1. Capacidade de direito, capacidade de ato e capacidade de atos jurídicos lícitos (CF, art. 81). 2. Incapacidade por alguma causa psíquica. 3. Incapacidade relativa. 4. Silvícolas	
§ 63. CAPACIDADE QUANTO A ATOS ILÍCITOS ABSOLUTOS.....	322
1. Capazes e incapazes. 2. Interdição e incapacidade delitual. 3. Interdições. 4. Pessoas com poder de disposição limitada. 5. Tutela de terceiros. 6. Eficácia declarativa da sentença interdiciona	
§ 64. CAPACIDADE PARA COMERCIAR.....	328
1. Conceito. 2. Proibição de comerciar. 3. Extensão da proibição. 4. Proibições e impedimentos para o comércio. 5. Alcance das sanções	
§ 65. MORTE E PERSONALIDADE.....	334
1. Morto e direitos. 2. Desaparecidos. 3. Dano causado pelo morto. 4. Morte e vontade.	
§ 66. REGISTO DE ÓBITO.....	337
1. Certidão do registo de óbito. 2. Dever de declarar o óbito. 3. Conteúdo do assento do óbito. 4. Falecimentos a bordo, em campanha ou em estabelecimento público. 5. Corpos não-encontrados	

- § 67. PROVA DA MORTE 343
1. Morte, fato jurídico. 2. Comorientes. 3. Pressupostos da comoriência.
 4. Causa e causas da pluralidade de mortes. 5. Ônus da prova

CAPÍTULO III NOME E PARENTESCO

- § 68. NOME DAS PESSOAS COMO SUPORTE FÁCTICO 351
1. Desde os tempos primitivos. 2. Ser humano e nome. 3. Prenome e sobrenome. 4. Abreviação e nome particular. 5. Nome de guerra e alcunha
- § 69. COMPOSIÇÃO DO NOME 360
1. Elementos componentes do nome. 2. Lei e composição do nome. 3. Expostos. 4. Mudança de nome
- § 70. PARENTESCO 364
1. Conceito. 2. Eficácia do parentesco

CAPÍTULO IV DOMICÍLIO E RESIDÊNCIA

- § 71. DOMICÍLIO 367
1. Conceito. 2. Natureza do domicílio. 3. Suporte fático e fato jurídico do domicílio. 4. Princípios fundamentais. 5. Domicílio legal. 6. Domicílio do militar. 7. Domicílio dos incapazes. 8. Mulher casada. 9. Domicílio do preso. 10. Funcionários públicos. 11. Oficiais e tripulantes da marinha mercante. 12. Diplomatas brasileiros. 13. Domicílio voluntário. 14. Especificação do domicílio. 15. Domicílio fiscal. 16. Pluralidade de domicílio e princípio da exclusividade
- § 72. MUDANÇA DE DOMICÍLIO 393
1. Conceituação. 2. Ônus da prova
- § 73. RESIDÊNCIA 395
1. Conceito. 2. Morada
- § 74. NACIONALIDADE 396
1. Conceito. 2. Apátrides e polipátrides. 3. Tratamento especial

CAPÍTULO V

PESSOAS JURÍDICAS

§ 75.	CONCEITO DE PESSOA JURÍDICA.....	399
	1. Dado fático. 2. Conceito jurídico e conceito económico, ou político. 3. Órgãos. 4. Ser pessoa. 5. Órgãos necessários e órgãos facultativos	
§ 76.	ESPÉCIES DE PESSOAS JURÍDICAS.....	422
	1. Técnica legislativa dos arts. 16-17. 2. Pessoas jurídicas de direito privado. 3. Intuito económico e intuito não-económico	
§ 77.	A UNIÃO E OUTRAS ENTIDADES ESTATAIS.....	425
	1. Plano do direito das gentes. 2. Plano do direito estatal	
§ 78.	PESSOAS DE DIREITO PÚBLICO SIMPLES.....	427
	1. Espécies. 2. Pessoas de direito público. 3. Poder do Estado quanto à discriminação	
§ 79.	AUTARQUIAS.....	438
	1. Conceito. 2. Paraestatalidade e autonomia. 3. Formas de criação. 4. Direito privado e direito público. 5. Corpos de administração	
§ 80.	PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO NÃO-AUTARQUIAS ...	451
	1. Pessoas jurídicas de direito público sem ligação estatal. 2. Empresa e trabalhadores	
§ 81.	SUPORTE FÁCTICO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	453
	1. Teorias sobre a natureza da pessoa jurídica. 2. Sujeito de direito	
§ 82.	ASSOCIAÇÃO E SOCIEDADE.....	456
	1. Os dois conceitos. 2. Personificação das associações. 3. Elemento corporativo. 4. Fim ilícito da pessoa jurídica. 5. Sociedades religiosas e associações. 6. Sociedades e associações pias ou morais. 7. Legislação sobre registo. 8. Sociedades comerciais. 9. Pessoas jurídicas e capacidade delitual	
§ 83.	ASSOCIAÇÕES E SOCIEDADES NÃO-PERSONIFICADAS.....	474
	1. Entidades sem personalidade. 2. Princípio da personalidade transcendente. 3. Atos antes do registo. 4. Nome. 5. Capacidade de ser parte e capacidade processual ativa. 6. Órgãos. 7. Administração e órgão externo. 8. Capacidade processual passiva. 9. Incapacidade processual ativa; excepções	

§ 84.	PERÍODO PRÉ-PESSOAL DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS	487
	1. Ato jurídico coletivo criativo. 2. Subscrição do capital. 3. Subscrição pública de ações. 4. Deliberações por unanimidade. 5. Patrimônio especial. 6. Promessa de subscrição	
§ 85.	DIREITO À PERSONALIDADE?	494
	1. Pessoa e direito à personificação. 2. Qualidades e direitos. 3. Personificação fato posterior	
§ 86.	ATO CONSTITUTIVO	500
	1. Conceito. 2. Autorização ou aprovação estatal. 3. Natureza do ato constitutivo. 4. Caracterização. 5. Indicações necessárias do ato constitutivo. 6. Eficácia do ato constitutivo e dos estatutos. 7. Arts. 16 e 23. 8. Atos jurídicos necessários. 9. Acefalia. 10. Não-normatividade, estrito senso, das regras estatutárias	
§ 87.	INSCRIÇÃO	525
	1. Inscrição e publicidade. 2. Inscrição e ilicitude. 3. Personificação e transferência dos bens	
§ 88.	MODIFICAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO OU DOS ESTATUTOS	529
	1. Modificabilidade. 2. Princípio da igualdade entre os membros	
§ 89.	ÓRGÃOS DA PESSOA JURÍDICA	530
	1. Os membros são elementos do suporte fático. 2. Órgão da pessoa jurídica	
§ 90.	ASSEMBLÉIA	534
	1. Essencialidade da assembleia. 2. Membro e voto. 3. Deliberações. 4. Capacidade e vícios de vontade	
§ 91.	DIRETORIA	538
	1. Órgão Diretivo. 2. Diretoria e funções diretivas. 3. Deveres e obrigações dos diretores	
§ 92.	MEMBROS DE ASSOCIAÇÕES E SOCIEDADES	547
	1. Conceito. 2. Qualidade de membro. 3. Incapazes e pessoas jurídicas. 4. Direitos e deveres. 5. Princípio da igualdade. 6. Direitos específicos preferentes. 7. Contribuição dos membros. 8. Qualidade de membro, intransmissibilidade	

§ 93. INGRESSO DE MEMBROS NOVOS	560
1. Membros novos. 2. Natureza do ato de admissão	
§ 94. PERDA DA QUALIDADE DE MEMBRO	562
1. Direito à egressão. 2. Retirada do membro. 3. Exclusão, expulsão, destituição	
§ 95. QUESTÕES ENTRE A PESSOA JURÍDICA E OS MEMBROS	564
1. Situações ativas e passivas. 2. Validade das exclusões	
§ 96. ATO DO ÓRGÃO	566
1. Responsabilidade da pessoa jurídica. 2. Pessoas jurídicas estatais	
§ 97. PRESENTAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	578
1. Função de órgão. 2. Órgão e pluralidade de pessoas componentes. 3. Podêres dos órgãos. 4. Órgão e representante. 5. Alteração dos podêres	
§ 98. RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS JURÍDICAS	583
1. Atos dos órgãos. 2. Responsabilidade civil. 3. Responsabilidade pelo ato não-contrário a direito. 4. Atos jurídicos. 5. Solidariedade. 6. Responsabilidade pelos atos de outrem. 7. Responsabilidade da pessoa jurídica e do órgão	
§ 99. RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO INTERNO	591
1. Pessoas jurídicas estatais. 2. Responsabilidade sem culpa. 3. Regra jurídica cogente. 4. Atos ilícitos relativos	
§ 100. TERMINAÇÃO DA EXISTÊNCIA DAS PESSOAS JURÍDICAS	601
1. Causas de terminação. 2. Averbação. 3. Sociedade e associação. 4. Falência. 5. Transferência de sede para o estrangeiro. 6. O art. 141, § 12, da Constituição de 1946. 7. Dissolução por atividade ilícita	
§ 101. LIQUIDAÇÃO	613
1. Conceito. 2. Liquidação antes da perda da personalidade. 3. Procedimento liquidativo. 4. Termo da liquidação	
§ 102. FUNDAÇÕES	621
1. Suporte fático da fundação. 2. Natureza da fundação	
§ 103. FIGURAS PARECIDAS COM A FUNDAÇÃO	623
1. Fundação, órgãos e funções. 2. Subscrição. 3. Coletas. 4. Relações entre os coletores. 5. Aformalidade. 6. Destinatários	

§ 104. NEGÓCIO JURÍDICO FUNDACIONAL.....	633
1. Ato de fundação. 2. Natureza do negócio jurídico criativo. 3. Pressuposto do fim especificado. 4. Pressuposto formal. 5. Patrimônio. 6. Insuficiência da dotação. 7. (I) Negócio jurídico de vivo. 8. Pluralidade de fundadores. 9. Irrevogabilidade. 10. Promessa de fundação. 11. Fundação em testamento. 12. Revogabilidade. 13. Fundação futura	
§ 105. PATRIMÔNIO.....	641
1. Dotação. 2. Atos anteriores ao registro. 3. Regras de organização	
§ 106. ESTATUTOS E APROVAÇÃO.....	643
1. Sistema brasileiro. 2. Estatutos. 3. Natureza da aprovação dos estatutos	
§ 107. PERSONIFICAÇÃO.....	648
1. Registro e personificação. 2. Natureza da inscrição. 3. Direito e dever de inscrição. 4. Ininscritibilidade. 5. Doações. 6. Transferência de bens. 7. Fundações do direito público	
§ 108. ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS.....	654
1. Tempo em que se dá a alteração dos estatutos. 2. Registro. 3. Estatutos e alterações. 4. Razão da alteração. 5. Alteração do fim	
§ 109. FISCALIZAÇÃO.....	658
1. Ministério Público. 2. Interesse federal. 3. O art. 30. 4. Nulidade do ato modificativo	
§ 110. ALTERAÇÃO DO FIM OU DOS FINS DA FUNDAÇÃO.....	661
1. Concepção do fim ou dos fins. 2. Mudança de circunstância	
§ 111. EXTINÇÃO DAS FUNDAÇÕES.....	662
1. Fundações e duração. 2. Prazo de existência e outras causas de extinção	

CAPÍTULO VI

DOMICÍLIO DAS PESSOAS JURÍDICAS

§ 112. REGRAS DO CÓDIGO CIVIL E DE OUTRAS LEIS.....	667
1. O art. 35. 2. Órgão e pessoa jurídica. 3. Diversos estabelecimentos. 4. Pessoas jurídicas de direito comercial	